

## CARTA DE BRASÍLIA

Nós, delegados do I CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, reunidos em Brasília(DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens - construídas, em construção ou planejadas - de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas públicas de construção de barragens - para geração de energia elétrica ou para irrigação - que não atendem aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora.

As políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação, voltadas a um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, terras, população e indústrias, servem aos interesses do grande capital, excluindo os trabalhadores do processo de elaboração e decisão destas importantes políticas públicas e também dos benefícios da utilização da energia elétrica e de áreas irrigadas. A indústria eletrointensiva é subsidiada, enquanto milhões de brasileiros continuam sem luz elétrica em seus domicílios e trabalhadores rurais desalojados pela inundação de suas terras aguardam reassentamento por falta de recursos do setor elétrico. A implantação de grandes projetos de irrigação é subsidiada, enquanto milhares de famílias permanecem sem condições de produção em suas terras.

Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida. As políticas de construção de barragens tem significado para os trabalhadores a expulsão da terra e a consequente destruição de comunidades rurais. O que se tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens e a destruição do meio ambiente, especialmente a morte dos rios e dos peixes.

Diante desta situação, decidimos criar de forma definitiva o MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS, que ar-

ticula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando profundas reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação.

Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- . o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- . a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- . que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- . o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro.
- . a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- . a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais.
- . pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária.

BRASÍLIA(DF), 14 de março de 1991

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

# I CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Brasília - Março/1991

## Entidades Presentes

- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.
- CUT NACIONAL - Central Única dos Trabalhadores/Nacional.
- CRACOHX - Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu.
- CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens.
- CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.
- CAHTU - Comissão de Atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí.
- CNRA - Campanha Nacional pela Reforma Agrária.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros.
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário.
- MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
- CAMPO - Centro de Assessoria ao Movimento Popular.
- CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
- IPPUR/UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços.
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas.
- INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra.
- CABT - Comissão dos Atingidos por Barragens de Trombetas.
- COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.
- ARQMO - Associação das Comunidades Remanescentes do Quilombo do Município de Oriximiná.
- FETAET - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins.
- FETAPE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco.
- CEPAMI - Centro de Estudos da Pastoral dos Migrantes.
- CIR - Conselho Indígena de Roraima.
- FETAG/PA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura/Pará.
- Sindicato dos Eletricistas da Bahia.
- Pólo Sindical do Submédio São Francisco.
- Secretaria Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores.
- Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia.
- Comissão de Defesa do Rio Uatumã.
- Comissão Pastoral Urbana de Barragens/RJ.
- CUT Regionais.
- OXFAN.
- Associação de Moradores de Jaguaribara.
- Comissão Pró-Índio de São Paulo

Povo Indígena Asurini do Tocantins  
Povo Indígena Gavião da Montanha  
Povo Indígena Munduruku  
Povo Indígena Krikati  
Povo indígena Baré  
Povo Indígena Txano  
Povo Indígena Arara  
Povo Indígena Gavião  
Povo Indígena Kaingang  
Povo Indígena Tuxá  
Povo Indígena Macuxi  
Povo Indígena Mura  
Povo Indígena Xokleng